

**“Nos Domínios de Xangô”:
Religiões afro-brasileiras em Alagoas e a memória do *Quebra-Quebra*
(1912-1980)**

*Irinéia Maria Franco dos Santos
(História – UFAL)*

As primeiras informações conhecidas sobre a presença da religiosidade negra em Alagoas, em especial, na cidade de Maceió, datam da primeira metade do século XXⁱ. Foi através de alguns poucos estudos sobre o “folclore” negro e notícias em jornais que se tiveram pistas sobre a organização das religiões afro-brasileiras no período contemporâneo. O fato histórico resgatado que se tornou o marco da renovação destas pesquisas foi o chamado *Quebra-Quebra*, *Quebra de Xangô* ou *Operação Xangô*, ocorrido em fevereiro de 1912.

Em meio aos conflitos políticos pelo poder no período da República Velha, entre o Governador Euclides Malta e o grupo de oposição liderado por seu sogro, Barão de Traipú, e pelo candidato Clodoaldo da Fonseca. Nas palavras de Ulisses Rafael, foi um dos “episódios mais violentos de que foram vítimas as casas de culto afro-brasileiro de Alagoas” (RAFAEL, 2004, 11). Entre os dias 01 e 02 de fevereiro de 1912 a milícia particular conhecida como Liga dos Republicanos Combatentes, tumultuou a cidade. Prepararam-se, invadiram e quebraram os principais terreiros de Xangô em Maceió (RAFAEL, 2004, 24-26).ⁱⁱ Além de várias outras ações violentas, Tia Marcelina, africana, conhecida Ialorixá da época, foi morta com um golpe de sabre na cabeça. Muitos outros pais e mães de santo e membros do culto sofreram violência e humilhações. Tiveram suas casas invadidas, os assentamentos de orixás e objetos rituais quebrados ou queimados. Tal fato foi justificado perante a população através de campanha feita pelos jornais de oposição, em que se associava a pessoa de Euclides Malta com os terreiros de Xangô. Dizia-se que Malta era frequentador de terreiros, xangozeiro, filho de *Leba* – designativo de origem *jeje* correspondente ao orixá *nagô* Exu. Dessa forma, por estar supostamente o governador envolvido com “bruxarias demoníacas”, explicavam-se todos os problemas sociais e econômicos do Estado.

Segundo Rafael, a alcunha de *Leba* teria sido dada ao Governador pelo pai de santo Chico Foguinho, e utilizada, posteriormente, nos jornais para se referir ao governador de maneira irônica. Foi o terreiro de Chico Foguinho o primeiro atingido pela “turba”, na noite de 01 para 02 de fevereiro. Aproveitaram das festividades de preparação do carnaval, somadas às homenagens que ocorriam nos terreiros a Oxum, celebrada no dia 02. Na narração apresentada por Rafael, construída a partir das notícias da imprensa e outras fontes, ficou-se conhecendo com detalhes a violência perpetrada contra os terreiros, na sequência em

que ela teria ocorrido. Era como uma “procissão” passando de casa em casa, do bairro da Levada até o Centro da cidade. Sobre a invasão ao terreiro de Tia Marcelina, descreveu-se nas fontes parte do ritual, os momentos anteriores à entrada dos invasores,

Já era quase meia noite, a função havia terminado e apenas alguns poucos filhos de santo permaneciam no lugar, quando de repente, a procissão errante, que agora se compunha de quase quinhentas pessoas invadiu o recinto, transformando aquilo num verdadeiro carnaval, formato que certas revoltas populares assumem em alguns eventos históricos. Móveis e utensílios foram destruídos no próprio lugar onde se encontravam, enquanto outros tantos paramentos e insígnias usados nos cultos foram arrastados para fora do terreiro, para arderem na grande fogueira montada ali. Na confusão, alguns dos filhos de santo conseguiram escapar. Os que insistiram em ficar, acompanhando tia Marcelina, a qual resistiu ao ataque permanecendo no lugar, sofreram toda sorte de violência física, sendo a mais prejudicada a própria mãe de santo, a qual veio a falecer dias depois em função de um golpe de sabre na cabeça aplicado por um daqueles praças da guarnição que dias antes haviam desertado do Batalhão Policial. Contam que a cada chute recebido de um dos invasores, tia Marcelina gemia para Xangô (“eiô cabecinha” [*kawòó kabiyèsilè* – saudação ritual a Xangô]) a sua vingança e, no outro dia, a perna do agressor foi secando, até que ele mesmo secou todo (RAFAEL, 2004, 34).

Além da violência física, segundo Rafael, houve roubo de “muitos dos objetos utilizados pelos filhos de santo nos cultos”, “desviados em função do seu valor econômico, como pulseiras e braceletes de prata, e anéis de ouro cravejados de pedras semipreciosas”. Desses, até hoje “não se sabe o paradeiro”. A onda de violência perdurou ainda por dias, na capital e no interior. O trauma ocasionou, além do fechamento das casas de culto, a dispersão de babalorixás e ialorixás para outros estados. Teria provocado mudanças significativas nos rituais, com o surgimento do que seria chamado, posteriormente, por Gonçalves Fernandes e reutilizado por Ulisses Rafael, de *Xangô Rezado Baixo*. Um ritual de mesa para os orixás, sem o uso do tambor, tocando-se apenas com palmas, de modo muito silencioso. O conhecimento do evento do Quebra e o resgate dessa memória tem para a história das religiões negras em Alagoas uma importância político-cultural, como também uma importância psíquico-social para a população negra na cidade. O “ajuste de contas” com o passado seria ainda essencial para a retomada da valorização do indivíduo negro, de sua religiosidade e culturalidade em Alagoas.

Em pesquisa de campo nos terreiros da cidade, atualmente, percebia-se que nem todos tinham conhecimento ou memória do fato. Os mais velhos teriam se calado sobre o evento, não repassando a história para os mais jovens, inclusive não gostando de mencioná-lo. Poucos guardariam ainda a memória daqueles que vivenciaram o Quebra. Somente em 2008, alguns deles foram ouvidos e seus depoimentos registrados. Mãe Celina (Maria Celestrina da

Silva), ialorixá nascida em 1919, frequentava os terreiros desde os 14 anos (1923), foi iniciada com 37 anos (1956) pelo babalorixá Seu Rubilho e pela ialorixá Dona Capitulina.

Conta que seu pai de santo,

Tinha raiva da história do quebra-quebra, não gostava de ver falar. Dizia que era um desrespeito, não pediam licença pra entrar, e entrava quebrando tudo, pisando com os pés, [ele] alcançou isso, não gostava, tinha revolta. (...) De Tia Marcelina eu não tenho conhecimento, nem de nada dela... A religião dela era diferente da mãe Capitulina, então a gente não tomava parte de nada, era guerra de uns saber mais que os outros, ser mais do que outra, combatia muito contra ela, e a gente [os filhos de santo] ficava quieto. (GIRA DA TRADIÇÃO, 2008)

Mãe Josefa (Josefa Severiano dos Santos), nascida em 1925, veio do interior do Estado para Maceió com 13 anos de idade (1938), frequentando os terreiros desde então. Também foi iniciada por Seu Rubilho. Segundo ela, “pra gente que é da seita, antigamente era tudo escondidinho de porta fechada”. Ao se lembrar dos antigos contava que,

[um dia] Seu João Trangola a polícia pegou ele. Ele não batia [tambor], ele tocava nas cabacinhas, e a polícia chegou e levou ele. [mandavam] grite: “eu sou macumbeiro da Ponta Grossa”, e levava uma lapada. Ia gritando até a delegacia, com a panela [os assentamentos] na cabeça, aquele sofrimento. (...) Chico Foguinho, Zé Raimundo, João Trangola, tudo era neguinho, tudo vivia escondido, tocando só naquela cabacinha. Aqui se sofreu muito. Já do meu tempo pra cá não foi tão perigoso. Mas antes [saíam] gritando “macumbeiro safado, macumbeiro sem vergonha”, fizeram até comer a obrigação. Aqui foi muito rigoroso. Eu ainda alcancei, eu conheci os zeladores, eu ia pros centros deles, mas tudo era por debaixo do pano, fechava a porta, e olhava de um lado pra outro, pra ver se não estava [sendo vigiado]... (GIRA DA TRADIÇÃO, 2008)

Viu-se, nos depoimentos de Mãe Celina e Mãe Josefa, que após o Quebra, manteve-se o culto na cidade mesmo com muitas dificuldades, com alterações das práticas rituais, sob muita vigilância e repressão. Pai Célio de Iemanjá (Célio Rodrigues dos Santos), nascido em 1962, sobre isso comentou em entrevista,

Nesse período, acaba-se, extingue-se praticamente o culto ao orixá. É nesse período que minha avó [Maria Garanhuns] chega aqui, em 1930 que o candomblé está ressurgindo. Porque o candomblé vai ter uma grande influência do culto ao caboclo, ou seja, para se cultuar o orixá, eles colocavam a mesa com vários santos da igreja católica, com copos d’água para qualquer coisa, qualquer dia... E isso perdurou por muito tempo... Eu digo que ele ressurgiu em 1923, 1925, ressurgiu com Dona Balbina de Abalueí, Dona Lucrecia de Oxum Meji, e outras senhoras do Prado. Ele ressurgiu mais ou menos no Prado, e quando ressurgiu veio outra lambada que é a interferência de Vargas, acabando também com o candomblé. Então, essas quebras políticas e culturais vão interferir na parte religiosa e obviamente, na parte cultural. Como a gente tinha passado de 1912, quase duas décadas, praticamente, sem ter atividade religiosa, então aquilo se acaba, se apaga, muita gente ficou decepcionada com o barracão, fechou o candomblé. Não

podia se tocar. Eu lembro que a minha avó dizia que a mãe de santo dela [Dona Maria Teresa] foi feita dentro da mata, ali onde hoje é o Pinheiro. Levaram ela pra ali e fizeram toda a obrigação num dia só. A obrigação de um mês, pra fazer em um dia... Chegar de madrugada na mata, sair na boquinha da noite, porque não podia fazer, não podia tocar, não podia nada, tudo tinha que ser feito lá. Depois foi liberado, apenas de tarde. O candomblé ficou com essa marca. Inclusive, o Xambá no Recife só toca de tarde. Por conta das coisas daqui, ficou ainda essa marca. Eles tocam de 4 horas pra 6 e meia, 7 horas saem de lá pra ir embora. (ENTREVISTA, 2010)

Como parte de um processo histórico mais amplo, poder-se-ia afirmar então que o Quebra de Xangô em Alagoas, no início do século XX, exemplificaria de modo extremo toda a sorte de violência, repressão e perseguição, desencadeada durante a República Velha e o período Vargas aos cultos afro-brasileiros. As religiões afro-brasileiras sofreram transformações políticas, econômicas e sociais que atingiram a cidade de Maceió no período. Vale lembrar que essas primeiras décadas foram marcadas por uma série de conflitos entre as elites políticas locais, que lutavam para manter o poder e o controle do Estado. A expansão e a urbanização da cidade se iniciaram a partir dos anos 1930, o que também influenciou a alteração da geografia das periferias da cidade, empurrando a população para os extremos (“as pontas”) das orlas e cidade alta. O *Quebra-Quebra* teria sido também responsável pelo fim de muitos folguedos e manifestações da cultura negra popular na cidade. Na pesquisa de Ulisses Rafael sempre há referência de folguedos de carnaval e outros que eram preparados nos terreiros. Cita, por exemplo, os pais de santo João Catirina e Manoel Inglês, ambos “mestres de maracatu” (RAFAEL, 2004, 35). Em 1974, escrevia Abelardo Duarte que “desapareceu de vez do carnaval alagoano o maracatu” (DUARTE, 1974, 351). Esse folguedo teria deixado de existir ainda na primeira metade do século. Somente na primeira década do século XXI, em 2009, este folguedo voltou a ser produzido em Maceió. Entre outros grupos, foi criado por Pai Elias de Airá (Everaldo Geraldo de Melo), o *Nação Maracatu Corte de Airá*.

A reestruturação dos cultos no período do pós-Quebra de 1912

A partir de meados dos anos 1920, passado mais de uma década dos acontecimentos de 1912, as atividades religiosas afro-brasileiras em Maceió parecem reiniciar de modo cauteloso. Seria difícil afirmar categoricamente que o culto havia “acabado” de fato na cidade. Provavelmente, o fechamento público das casas levou os membros do culto a interiorizarem-se mais. No entanto, há um debate entre os pesquisadores alagoanos de que, esse “silêncio do Xangô”, na verdade teria se dado somente no que diz respeito às festas

públicas e outras manifestações culturais externas não religiosas, como os maracatus. O que havia sido entendido por Gonçalves Fernandes (1939) e Ulisses Rafael (2004) como uma “nova forma de culto” (*Xangô Rezado Baixo*), seria na verdade, segundo Clébio Araújo (2009) e Paulo Victor Oliveira (2010), um dos aspectos já existente do nagô. Pelo contexto da repressão, era o ritual que as pessoas tinham condições de manter de forma mais discreta, por ser feito em suas casas, utilizando os espaços internos das residências, com o *peji* “disfarçado” de altar doméstico.

Por outro lado, seria parte integrante do *nagô* além da chamada “sessão de mesa”, com forte influência da *Jurema* ou *Culto de Caboclo*, (também chamado *Catimbó* em Alagoas e Sergipe) uma série de práticas de “culto doméstico” que teriam sido mantidas (OLIVEIRA, 2010, 3-4). Entretanto, não se deixava de despachar nas matas, rios e praias, às escondidas, os *ebós*; de lá tocar com as “cabacinhas” (xerê), de fazer as obrigações e iniciações, mesmo com o *ingome* (tambor) “calado”. Nas fontes da imprensa local, especialmente no Jornal de Alagoas, as notícias sobre os cultos reaparecem a partir de 1927, através de uma pequena nota, sob o título “Bruxaria”, em que se fazia menção aos acontecimentos de 1912. Somente a partir de 1936, pelo menos para aquele jornal, outras informações sobre as religiões negras na cidade são mencionadas. Se considerar-se, tais notas, entre 1936 até o final dos anos 1950, têm-se a “retomada” forte na cidade dos xangôs. Em textos profundamente racistas, fala-se continuamente dos terreiros combatidos pela polícia em várias devassas. E, note-se, embasada na constante reclamação de vizinhos contra o “barulho dos tambores”, em diferentes bairros de Maceió. Além de ajudar a corroborar a história oral dos terreiros, essas fontes, problematizariam ainda mais, o processo de reconstituição dos cultos. A resistência, ou “reincidência” de atividades religiosas parece ter sido mais “barulhenta” do que se imaginava. Teria havido, tanto o uso de estratégias “silenciosas”, como enfrentamentos e posicionamentos públicos em defesa das religiões e da tradição negra maceioense.

Desde o início do século, a população negra em Maceió manteve um fluxo constante de migrações entre os interiores e a capital, principalmente acompanhando a rota fluvial do Rio São Francisco. A maior parte dela sobrevivia (ainda hoje sobrevive) do trabalho nas usinas de cana-de-açúcar e mais ainda da pesca, do artesanato e do pequeno comércio. As atividades dos artífices, em barro, madeira, tronco de coqueiro, palha, renda etc. alimentavam o mercado de objetos religiosos. A tradição oral conta sobre a simplicidade e a rusticidade dos materiais utilizados na sua confecção. Roupas e objetos rituais, tambores e ornamentos, miçangas, eram feitos pelos negros artesãos de Maceió e do interior, e vendidos na cidade. O

ingome era construído de barrica de bacalhau, que vinha nos navios, ou de tronco de coqueiro.

Tal simplicidade seria o resultado da pobreza econômica vivida pela população negra de Maceió e no Estado. Para alguns estudiosos, era a marca da influência banto na região – da qual derivaria a “pobreza” dos objetos, da mítica e do ritual nagô na cidade – caracterizada ainda por um forte sincretismo católico. Assim, alguns entenderam a religiosidade negra em Maceió, sua mítica e prática, como inferior àquelas outras da Bahia. Tal tese foi defendida por alguns dos intelectuais mais conhecidos entre os anos 1930 e 1950 (Alfredo Brandão, Arthur Ramos, Abelardo Duarte) e ainda reproduzida em discursos antixangô nos anos 1970 e 1980. Seria interessante perceber que os chamados “*curador de pé de toco*” mantivessem a prática da cura e da confecção de objetos rituais no interior. Sabe-se que uma das práticas religiosas que se manteve constante, ao longo dos séculos no Brasil, herança das religiões bantu, foi a *cura com uso de ervas e rezas* (benzeções). Somada ao *culto aos ancestrais* e à *possessão espiritual*, tais práticas seriam o elo entre o culto da Jurema indígena e o culto aos *inkices, orixás e voduns* africanos. Esse substrato bantu, já mencionado em outro momento, parecia manter-se constante, sobrevivendo às transformações da forma dos cultos e práticas, nas diferentes épocas e tradições em todo o Brasil. Também seria interessante notar que, em Alagoas, local em que a repressão se deu de modo violento e sistemático, foi exatamente a pobreza econômica da população que levou à manutenção de práticas seculares, das artes e artífices, pois a sobrevivência, dependente da vivência comunitária, manter-se-ia mais forte entre a população negro-indígena. A religião, nesse caso, seria a força de coesão social e a mediação com a natureza e com o grupo familiar estendido – base de sustentação material – e com os modos de fazer e viver da tradição. Era sua base de sustentação psíquica ou espiritual. O processo de urbanização, intensificado nos anos 1940 e 1950, alterou parte desse quadro. Uma vez que a diminuição das áreas verdes próximas aos terreiros e a proximidade entre as casas viria a provocar problemas de permanência e convivência dos terreiros nas suas regiões tradicionais. A capital Maceió sofreu especialmente esse processo. Os bairros da Ponta Grossa e Ponta da Terra, ainda pouco urbanizados, agregavam grande parte da população negra e, portanto dos terreiros de Candomblé. A partir de então, cresceu a cidade no sentido do bairro do Farol e do Tabuleiro dos Martins, antes locais com matas e matagais, utilizados para os despachos às escondidas. A orla marítima também começou a ser urbanizada, aumentando o número de casas na região da atual praia da Jatiúca. A população de pescadores sofreu a partir dos anos 1950 e 1960 a influência da especulação imobiliária, em busca de espaços para a construção dos grandes hotéis de luxo. Foram cada vez mais

empurrados para regiões distantes das áreas de pesca, sofrendo um processo de imiserização e favelização na região do Porto do Jaraguá.

Viu-se que, dos anos 1930 até fins da década de 1950, teria se dado o auge da repressão e da perseguição às práticas afro-brasileiras em Alagoas. Houve então o início das “negociações” com pessoas ligadas aos órgãos de segurança pública, membros do governo estadual e das famílias das elites, para a reabertura pública das casas de axé e a liberalização do toque à noite. Talvez tenha contribuído, também, a realização da IV Semana Nacional do Folclore, ocorrida na cidade entre 3 a 10 de janeiro de 1952. Com a presença dos intelectuais, Théó Brandão, René Ribeiro, Edson Carneiro e outros, discutiram-se, entre outros assuntos, “a regulamentação dos cultos africanos” (JORNAL DE ALAGOAS, 1952). Este evento inseria Alagoas nos debates nacionais sobre o tema, destacando as atividades realizadas em outros estados, em especial, Pernambuco e Bahia. Nesses, como se sabe, a relação de pesquisadores com alguns terreiros, funcionava como ponte de negociação com os órgãos de segurança, com os serviços médicos higienistas e com as elites intelectuais. Algumas delas, patronas dos terreiros de maior prestígio.

De acordo com a tradição oral, porém, o que contribuiu para outras tantas mudanças, foi o fluxo de pessoas entre os estados de Pernambuco, Sergipe, Bahia e Rio de Janeiro. A vinda da Petrobrás para o Estado seria o motivo principal para essa movimentação. Em termos de ritual, houve uma diversificação nos tipos de culto praticados. Seu Zé Barros (José Barros Lima) nasceu em Pilar no ano de 1932 e veio para Maceió em 1950. Comentou em entrevista que, entre 1954 e 1956, com a chegada da Petrobrás, pessoas de Aracaju e de Salvador vinham para Maceió. Eles teriam trazido o culto Angola, que seria dos “pretos que foram pra lá, os antecessores”, os “fujões” (fugiram do Quebra-Quebra); eles voltavam para “fazer o santo aqui”. Entre Pernambuco e Alagoas também teria havido muita interação, com as indas e vindas de pais de santo. Dizia que muitos vinham fazer o santo em Alagoas, depois voltavam para Pernambuco para abrir terreiros lá. Seu Zé Barros, por outro lado, contava como os políticos locais voltaram suas atenções para os terreiros, que nesse período estavam se reorganizando.

Quando eu conheci [a religião], a polícia tinha ordem de fazer funcionar. Pagava-se 10 cruzeiros pra funcionar por mês. Depois foi um tempo que o major Ismar de Góis Monteiro e dona Rosita de Góis Monteiro andavam [pelos terreiros]. [Dona Rosita] com uns quadris bonitos, [entrava nos centros] e dizia que podia bater, mas por causa do irmão dela, pra ele ser eleito. E havia uma política entre o Silvestre [Péricles] e o Ismar. E ela estava com o Ismar. (...) Houve muita perseguição... Mãe Alaíde viu quando passou o povo preso pela polícia, e quando o Ogum Taió da Maria Luiza foi lá na delegacia soltar [eles] e soltou mesmo. Foi em julho de 1950, o Brasil perdia

mais uma copa do mundo... O Silvestre Péricles ele não chegou a fazer [muita perseguição]. Mas a guarda civil naquela época judiou muito das pessoas. Conheci uma moça que era filha de um guarda civil, trabalhava no cartório, o pai dela tinha horror de xangô, e certa vez ele prendeu diversas pessoas que, quando foi um dia, Xangô chegou nele na casa de Maria Macuca. Ele chegava lá, tirava o revólver, mandava guardar, e ficava lá, mas ele perseguiu antes. Muita coisa eu só ouvi falar. E a Federação surgiu depois que a dona Rosita mandou abrir os terreiros, criou-se [primeiro] na [rua] Soledade (GIRA DA TRADIÇÃO, 2008).

O antigo *nagô*, modificado pelos “anos de silêncio”, recebeu também nos anos 1950 a influência da Umbanda Branca, vinda do Rio de Janeiro. Além do umbandista Seu Rubilho que, segundo os informantes, atuava entre Alagoas, Rio de Janeiro e Brasília, teria sido muito importante a chegada na cidade de Mãe Jurema. Segundo Pai Célio,

(...) É uma ialorixá poderosa, poderosa que eu digo, branca, de nível social elevado. O esposo dela veio comandar o 20º BC que hoje é o 59º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército. Ela era feita em Umbanda, pronta em Umbanda. E ela trouxe a Umbanda pra cá, se estabeleceu num bairro popular no Vergel do Lago, montou a casa de candomblé dela e o marido não gostava... Mas o marido faleceu, e ela continuou aqui. E aí o que acontece? Ela introduziu em Alagoas a Umbanda do Rio de Janeiro. E as pessoas, tudo o que é novo, quer conhecer. Muita gente entrou na casa dela, e saiu e misturou na sua casa a Umbanda com o Candomblé, com o Xambá, então ficou chamado o “xangô traçado” ou “nagô traçado”. Com essa influência de Mãe Jurema. Ela foi quem trouxe a Pombagira pra cá. (...) Hoje, por exemplo, você vai num terreiro, às vezes fico até triste, em terreiro de nagô, na hora de Nanã você ouve cantar pra Preto Velho. Na hora de Odé você vê cantando pra Caboclo. Misturou e isso é uma influência da Umbanda. Até em rituais mesmo. O ritual todo do orixá quem faz é o Preto Velho. Isso é interferência da Umbanda. Quem sou eu pra dizer que está certo ou está errado? Eu concordo... É a identidade... Vale mencionar isso nessas falas.ⁱⁱⁱ

Teria se dado, assim, com a influência da Umbanda Branca do Rio de Janeiro, a constituição do chamado *rito traçado* em Alagoas. Essa designação seria muito utilizada pelos sacerdotes e membros dos candomblés de Maceió ainda hoje, ao se perguntar sobre o rito ou “nação” da casa. A chegada da Umbanda marcou, por outro lado, um momento diferenciado nas relações de Maceió com as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Na virada dos anos 1950 e 1960, sabe-se do grande fluxo de migração no sentido Nordeste-Sudeste. A organização das primeiras federações de culto, tanto no Sudeste quanto no Nordeste, dar-se-ão em modelos de associação civil que tiveram (e têm ainda hoje) a função de ordenar e articular as relações dos terreiros com os poderes civis e os órgãos de segurança do Estado. Tal exigência de organização teria sido essencial para a minimização da repressão às religiões afro-brasileiras em Maceió, naquele período. Assim, de fins dos anos 1950 até os anos 1980, tanto as Federações quanto os pais e mães de santo (que se destacavam mais) procuraram

estabelecer “hierarquias” de prestígio e *status*, baseados em relações construídas com algumas das instituições, sacerdotes e terreiros do sudeste e com os órgãos de segurança do Estado. Vários conflitos entre as Federações adviriam dessas articulações.

Deu-se durante o governo de Silvestre Péricles (1947-1951) a assinatura de uma portaria, liberando o toque dentro das casas. Os primeiros a tocar em casa teriam sido Chico Possidônio e Dona Lucrécia. A primeira federação, **Federação dos Cultos Afro-Umbandistas de Alagoas**, portanto, foi fundada após a liberação dos toques, em 1957. Com esta primeira Federação, tem-se uma ordenação das práticas dos terreiros filiados a ela, como também o início de uma formalização burocrática que buscou enquadrar as casas de axé na cidade. Por exemplo, a transformação dos terreiros em associações civis filantrópicas, com necessidade de abrir registro e CNPJ em cartório. Demandava dos sacerdotes um mínimo de alfabetização e condições de custear tais despesas. Ficava a Federação responsável por certificar o conhecimento litúrgico daqueles que queriam abrir seus terreiros, prestar auxílio e informações sobre a formalização das casas e fiscalizar a respeito de: (a) cumprimento do horário permitido para toque – nesse momento no máximo até às 19hs; (b) cumprimento da proibição pelo Juiz de Menores da presença de crianças nos toques – proibição que se estendeu até a década de 1970; (c) fiscalizar o comportamento dos membros para manter a “moral e os bons costumes”, não podendo haver consumo de bebidas alcoólicas ou outros tóxicos (maconha), cigarros, pessoas com armas de fogo etc. Somente os terreiros que tivessem a licença da Federação, pagassem a taxa e retirassem na delegacia a autorização, poderiam realizar suas festas públicas. Essa primeira diretoria, segundo Araújo, teria tido seu “poder de atuação” baseado na “tradição”. Ou seja, formada pelos mais antigos pais de santo da cidade, de maior conhecimento do culto. Diferente da segunda diretoria, presidida, por Pai Júlio Alexandre, que teve sua posse legitimada “no próprio poder do Estado” (ARAÚJO, 2009, 8).

O período da Ditadura Militar

Houve um aspecto de forte controle político-policia e criminalização das religiões afro-brasileiras em Maceió, pelas elites, perceptível nessa primeira metade do século XX. Na segunda metade do século, foi constante a presença de militares ou policiais, acompanhando essas religiões e interferindo nos seus assuntos cotidianos. Nos anos da Ditadura Militar, 1964-1985, havia muitos militares nas Federações de culto. Durante esse período, deu-se a chegada do ritual *jeje* na cidade, e o retorno do *xambá* e do *angola*, o que ocasionou nova onda de inter-relações e conexões entre os sacerdotes, os cultos e as práticas. Também

explicitou conflitos entre a hierarquia dos cultos, sobre a legitimidade das linhagens e dos rituais praticados. Quer-se aqui, verificar como se deu este processo de evolução das religiões afro-brasileiras em Maceió, sob a ingerência dos militares. Exemplificada na atuação das federações de culto e de suas lideranças.

Uma história política sobre o impacto do regime militar no Estado ainda está por ser escrita. Entende-se que, no que diz respeito às religiões afro-brasileiras em Maceió, a presença dos militares operava um controle da organização dos terreiros, ao mesmo tempo em que se fazia uma “política de boa vizinhança” com suas lideranças. Seria exemplar, portanto, a história de Pai Júlio Alexandre. Nascido em 1928, foi funcionário da Assembleia Legislativa do Estado e do Gabinete Civil nos Governos de Lamenha Filho (1966-1971), Afrânio Lages (1971-1975) e Divaldo Suruagi (1975-1978); sendo eleito funcionário modelo por várias vezes. Seus contatos com o governo estadual e com os chefes da segurança do Estado, como funcionário público, provavelmente considerado “homem de confiança”, possibilitou a interferência política para a tomada do poder de controle da Federação em 1968. Ao longo do período militar, foi favorecido na abertura e manutenção de seu Terreiro. Sua relação de amizade com os Coronéis Aduino, Esmeraldino e Belarmino também importaria de ser mencionada, uma vez que, tais militares – membros ou não da religião – mantiveram-se presentes nas diretorias das federações ao longo da década de 1970, ganhando *status* e prestígio entre o povo de santo.

Em 22 de setembro de 1967, o Coronel Aduino (Aduino Gomes Barbosa), então Secretário de Segurança Pública do Estado, coronel e comandante Geral da Polícia, assinou a portaria nº 106 – 67.9.17, que regulamentava o horário de toque dos Cultos “Afro-Umbandistas” e proibia “terminantemente a cobrança de quaisquer Taxas de Serviço Policial para o pleno funcionamento de tais Cultos, de parte da autoridade policial da localidade”. Ao mesmo tempo, recomendava “às citadas autoridades que permitam o seu funcionamento até as 22:00 horas, podendo, excepcionalmente, e a critério da autoridade policial ser prorrogado o seu horário de funcionamento” (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 1967). A proibição de cobrança de taxas foi muito bem recebida pelos chefes das casas de axé que pagavam “propinas” aos policiais para tocar sem serem interrompidos, além da taxa que se pagava para a Federação. Tal decisão teria ajudado a justificar a interferência militar nela. Então, entre 1968 e 1969, Pai Júlio Alexandre foi posto no cargo de Presidente da Federação dos Cultos Afro-Umbandistas de Alagoas. Contava Pai Júlio,

Eu passei pela Federação. Eu fui presidente daquela federação. Só existia uma Federação: Federação dos Cultos Afro-Umbandistas do Estado de Alagoas.

Era na Rua da Assembleia na Ponta Grossa. Quando eu fui presidente era uma casinha assim de taipa, de biqueira. Eu ganhei o terreno e construí aquele prédio que tem hoje da federação, que está o Benedito, ele chama-se de Pai Maciel, mas era conhecido como Biu Olho de Gato... Eu construí aquele prédio, eu ganhei. Tinha um compadre que tinha uma empresa, eu emprestei com ele Cr\$ 1.600,00 naquela época, aí eu não tinha dinheiro pra pagar, ele disse: “não compadre, deixa isso pra lá, eu dei”. Não fui o fundador, já existia na época, quem botou [a federação] foi o Amaro. Era como se fosse uma ditadura ali, era Amaro, Celestino... Aí o Coronel [Aauto], ele era secretário de segurança pública e comandante geral da polícia, no período revolucionário que estava no poder, tinha muita força, aí derrubou e me botou como presidente. Aí todos os diretores da federação eram da polícia. (...) O Coronel Esmeraldino foi que explicou pra ele [Aauto] como funcionava. Assim, não tem eleição, não tem nada. Ele [Amaro] vive da Federação, comendo... Ele [Aauto disse] “tá vou mudar”. Os outros militares foram convidados pelo Coronel Belarmino. (GIRA DA TRADIÇÃO, 2008)

Teriam composto a direção o Sargento Rafael, o Coronel Esmeraldino como vice-presidente, o Tenente Rogério, o babalorixá Seu Luiz Cardoso, presidente administrativo e mais outro, que Pai Júlio não recorda. Essa alteração se justificava então, pela acusação de estar o Seu Amaro “comendo” da Federação, ou seja, vivendo à custa das taxas pagas pelos terreiros filiados. Essa acusação repetiu-se sempre nos jornais e nas falas, quando do conflito entre as lideranças da Federação nas décadas seguintes. Segundo ainda Pai Júlio, a situação da religião na cidade teria melhorado muito, pois, como um “presidente da força”, com a “polícia ao seu lado”, teria “diminuído a repressão” aos terreiros. Também proibiram através de outra portaria assinada pelo Coronel Aauto, os despachos nas encruzilhadas, “porque havia muita reclamação da população”. (GIRA DA TRADIÇÃO, 2008)

Ocorria assim, uma década após a reabertura oficial das casas de axé na cidade, uma forte regulamentação e ordenação – por parte das autoridades militares e de cooptação de algumas lideranças do culto – que procuravam conformar as práticas religiosas negras, de acordo com a mentalidade “antixangô” das elites, predominante de modo geral na sociedade cristã alagoana. Durante a prefeitura de Divaldo Suruagi (1965-1970), Pai Júlio montou a I Semana Afro-Umbandista, no Teatro Deodoro, com apresentação de vários terreiros de Umbanda, Candomblé e Nagô. Sua intenção era aumentar a visibilidade das religiões afro-brasileiras na cidade, para “acabar mais com a discriminação e com o preconceito social.” Para isso, a apresentação se deu no teatro mais tradicional da cidade, palco histórico dos encontros políticos e de lazer das famílias tradicionais da oligarquia. Com seus contatos, Pai Júlio conseguiu a autorização do Governo do Estado. Contou com a presença, durante o evento, do Comandante da Polícia, do Prefeito com sua equipe e de representantes do Governador. A repercussão teria sido positiva, mesmo com a crítica de alguns religiosos que

pensavam estar transformando a “religião em folclore”. Sabe-se que Pai Júlio tinha boas relações com repórteres do Jornal de Alagoas. No entanto, acompanhando a evolução das notícias sobre as religiões afro-brasileiras na cidade a partir dos anos 1960, ficava evidente uma ligeira mudança de discurso e tratamento dado às religiões ao longo do tempo. Nos anos 1960, as notícias publicadas no Jornal de Alagoas, ao se referir aos terreiros localizados nos bairros de periferia chamavam-nos “macumba” e “xangô”. Quando são notícias de festas (algumas talvez tivessem o espaço comprado) eram apresentadas como “umbandismo”, “afro-umbandistas” e poucas vezes como “candomblé”. Nos anos 1970, com a Federação sob influência dos militares o tom seria mais positivo, ou menos negativo, somente aos terreiros e aos sacerdotes ligados àquela entidade. Quando não apresentavam as religiões afro-brasileiras como “folclore negro”.

Após a saída de Pai Júlio, assumiu a diretoria o senhor Luiz Cardoso. O período de sua diretoria foi lembrado pelos mais velhos como um tempo em que havia muitas atividades na Federação: escola de alfabetização e de corte e costura, sabonete artesanal, convênio médico e odontológico, auxílio funerário. Todas essas atividades, realizadas com apoio de voluntários, tinham algum auxílio financeiro do Estado, mas que não puderam se manter a longo prazo. Outros conflitos desencadearam a criação da segunda federação. Yvette Araújo (Madrinha Yvette) havia sido secretária da diretoria do Seu Cardoso. Depois de um “desentendimento” com ele, saiu e abriu o seu terreiro *Centro Africo Rainha da Palha*, em fevereiro de 1972. Em julho do mesmo ano inaugurou juntamente com o Pai Paulo Ferreira a **Federação Zeladora dos Cultos em Geral do Estado de Alagoas**.^{iv} Alguns dos mais antigos membros da primeira Federação migraram para a nova, como Seu Amaro e Otávio Pereira. A atuação de Yvette Araújo destacou-se nos jornais nos anos seguintes. No entanto, o jornalista Bezerra Neto e o pai de santo Benedito Maciel (que assumiu a Federação após a morte de Cardoso em 1985) foram os protagonistas do episódio que veio a ser chamado nos jornais de “Guerra das Federações” e “Crise do Candomblé”; provocado pela visita do babalorixá Zé Ribeiro do Rio de Janeiro, autointitulado “Rei do Candomblé”, a Maceió. Sobre isso comentava Pai Célio,

(...) Aí vêm as guerras das federações, porque o que acontece: a federação começa a ser um meio de vida. Como existiam muitos candomblés, a federação passa a ser um meio de vida pra quem está na direção. Aí a federação perde até o nome, a nomenclatura, você não vai ver a pessoa dizer eu sou da Federação Zeladora dos Cultos Afro-Umbandistas; eu sou da Federação do Pai Maciel, eu sou da Federação do Paulo. Como foi se unir a federação do Paulo? Dona Ivette era secretária da Federação do Cardoso (a primeira)... Até eu me perco nisso... E a dona Ivette aprendeu tudo e saiu, brigou com o Cardoso e montou a Federação dela. [a Ivette aparece muito nos

jornais na década de 80] Sim, ela tem influência, o primo dela é o Júlio Alexandre. Pai Júlio por sua vez trabalhava na Assembleia Legislativa, trabalhava no governo, saiu da assembleia foi trabalhar no gabinete civil, ficou muito tempo no palácio, tinha parte com repórter, com aquilo outro, então Ivette, queria neutralizar e acabar com a Federação do Cardoso... Foi a briga das federações....

Os conflitos entre as lideranças, pelo controle das federações e do prestígio político e econômico que elas representavam, não somente teriam prejudicado as articulações do povo-de-santo para a melhoria das condições do culto afro-brasileiro na cidade. Mas, também teriam segundo Pai Célio, enfraquecido a força religiosa (axé) de alguns.

A tensão entre as Federações teria explodido, então, no episódio do “Rei do Candomblé”. Os jornais de Alagoas acompanharam a repercussão do caso que se iniciou, seguindo a cronologia das fontes da imprensa, entre 05 e 08 de julho de 1975, quando se deu o anúncio da coroação de Pai Maciel como Rei do Candomblé de Alagoas pelo babalorixá Zé Ribeiro, do Rio de Janeiro. Nesse momento, Pai Maciel não era ainda o Presidente da **Federação dos Cultos Afro-Umbandistas de Alagoas**. Tanto a *Gazeta de Alagoas* quanto o *Jornal de Alagoas* e o *Jornal de Hoje*, noticiaram o clima de “tensão entre as lideranças dos cultos”. Favoreceu esta ampla divulgação do caso a presença do jornalista Bezerra Neto, como presidente à época da **Federação Zeladora dos Cultos em Geral do Estado de Alagoas**. Este deu entrevistas, apontando como “boatos” a notícia que seria “contra todos os princípios da seita”.

Qual a importância desse relato para a história das religiões afro-brasileiras na cidade? A narrativa dos conflitos protagonizados por parte da hierarquia é importante para o entendimento do campo amplo de conflitos internos e externos vivenciados por elas. O espaço social dado às religiões afro-brasileiras ali, foi sendo restringido ao longo do tempo. Fortemente cerceada na primeira metade do século XX, a retomada pública dos cultos precisou de muita luta e negociações para se fazer ouvir e ver na cidade. O fato de ter sido publicado em praticamente todos os jornais locais o embate, sugere que havia, no mínimo, “curiosidade” sobre as organizações e atividades das federações. Estarem as lideranças das federações, em diferentes atividades públicas, contribuiu também para isso. Por outro lado, não somente em termos de conflitos, mas também com atividades culturais, as religiões afro-brasileiras passaram a serem vistas como parte da realidade religiosa local. Ainda foi nesse período (1970/1980) que a Festa de Iemanjá no dia 08 de dezembro, nas praias da cidade, passou a ser noticiada com destaque todos os anos; com um aumento considerável dos terreiros participantes e da organização de eventos e homenagens durante o dia. A década de

1980, portanto, iniciou-se com a possibilidade de ampliar a visibilidade das religiões afro-brasileiras na cidade. A situação da população e da cultura negra de modo geral passou a ser mencionada também, juntamente com as articulações do movimento negro.

A memória da violência acometida contra as religiões afro-brasileiras na cidade e no estado ainda, no período de 1970 e 1980 não teria sido expurgada. Nos jornais dessas duas décadas não haveria, que se tenha conhecimento, referências diretas aos eventos do início do século. No geral, falava-se do preconceito e das perseguições, mas sem mencionar detalhes passados. Buscou-se, neste artigo, por fim, o entendimento do processo da evolução histórica das religiões afro-brasileiras, para se responder aos problemas referentes à sua capacidade de reorganização e expansão após a repressão da primeira metade do XX. A importância das federações de culto para a fixação do lugar social do negro alagoano comprovou-se, inclusive, na interferência político-policial (militar) sofrida por ela. Infelizmente, a fragmentação dos interesses políticos e de poder daqueles que estavam à frente das federações não favoreceu a união das casas de axé e do povo de santo para fazer frente às problemáticas sociais do período.

Referências bibliográficas e fontes:

(A) Livros e artigos,

ARAÚJO, Clébio Correia de. O Candomblé nagô em Maceió: itinerário de uma identidade em construção. Cadernos de Pesquisa e Extensão, v. 1. Arapiraca-UNEAL, 2009.

CAVALCANTI, Bruno César; FERNANDES, Clara Suassuna; BARROS, Rachel Rocha de Almeida (orgs.). Religiões Afro-Brasileiras. Kulé-Kulé, NEAB-AL, Maceió, 2008.

DUARTE, Abelardo. Folclore Negro das Alagoas. Maceió: Edufal, 2008.

FERNANDES, Albino Gonçalves. Xangôs no Nordeste. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

OLIVEIRA, Paulo Victor de. Contribuição à discussão sobre os elementos constitutivos do Xangô em Maceió. Comunicação, II Encontro Estadual de História, ANPUH-AL, 2010.

RAFAEL, Ulisses Neves. Xangô Rezado Baixo: um estudo da perseguição aos Terreiros de Alagoas em 1912. Tese, Doutorado em Sociologia e Antropologia, UFRJ, 2004.

(B) Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS (APA)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS (IHGAL)

ENTREVISTA com Pai Célio Rodrigues, Casa de Iemanjá, 04/12/2010.

PROJETO GIRA DA TRADIÇÃO. IPHAN/Secretaria Municipal de Cultura, Maceió, 2008.

PROJETO RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS EM NOTÍCIA: levantamento e catalogação de fontes sobre Candomblé e Umbanda na imprensa maceioense, 1960-2000. Proex-UFAL, NEAB, 2010-2011.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, Portaria Nº 106 – 67.9.17 de 22 de setembro de 1967. ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS, Fundo Luiz Sávio de Almeida, caixa 01, Religiões Afro-Brasileiras em Alagoas. Xerox do original.

ⁱ Os autores clássicos Gonçalves Fernandes, João Ribeiro, Alfredo Brandão, Arthur Ramos, Théo Brandão, Manuel Diégues Junior, Abelardo Duarte, a partir dos anos 1930, produziram diferentes análises sobre a presença do negro em Alagoas, seu folclore e religiosidade. Há, no entanto, uma descontinuidade entre os trabalhos e pouca atenção para análises mais aprofundadas; boa parte desta bibliografia dedica-se a levantamentos etnográficos, ensaios e tentativas de classificação a partir de modelos exteriores, estabelecidos pelos estudiosos da “Escola Nina Rodrigues”. A produção do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, via sua Revista, também pode ser incluído na listagem. Datando de fins do XIX e existindo até hoje, poucos artigos foram apresentados sobre a temática negro-indígena em Alagoas, aparecendo mais fortemente a partir dos 1950, com a publicação da pesquisa de Abelardo Duarte, então Secretário Perpétuo do Instituto. É recorrente, no entanto, nessa historiografia oficial, referências, coletâneas de documentos e narrativas sobre o Quilombo dos Palmares. De fato, a “Guerra de Palmares” (1695), junto à “Expulsão dos Holandeses” (1654) e a “Emancipação Política em 1817”, na historiografia oficial das elites alagoanas, foram postos como fatos (marcos históricos) comemorativos da fundação de uma especificidade e identidade local.

ⁱⁱ A Liga dos Republicanos Combatentes foi fundada, segundo Rafael, em fins de 1911 e início de 1912 e comandada por Manoel Luiz da Paz, negro, ex-combatente da Guerra de Canudos. Ali havia perdido uma perna. Seu objetivo teria sido o de “fornecer suporte físico à campanha de estilo persecutório contra o Governador Euclides Malta”. Na sua sede, no número 311 da Rua do Sopapo, no bairro da Levada, também se realizavam o “ensaio do tradicional Clube dos Morcegos, presença cativa nos carnavais de Maceió daqueles primeiros anos do século passado”. Dela também teriam participado rapazes funcionários do comércio e praças do Batalhão de Polícia do Estado, que tinham desertado por falta de pagamento dos soldos. Ficou conhecido entre eles o brado “Rasga”, ao se rasgar a camisa da farda demonstrando a deserção; posteriormente, foi trocado por “Quebra”.

ⁱⁱⁱ Entrevista com Pai Célio de Iemanjá, Maceió, Casa de Iemanjá, 04/12/2010. No Jornal de Alagoas, no ano de 1948, têm-se informações sobre a atuação na cidade de João Lyra do Nascimento, vulgo “Prof. Uoca Rajá”. Este teria fundado em 01 de setembro de 1947 o Centro Espírita 1ª Tenda de Umbanda, no bairro do Jaraguá. Ficou conhecido por ter sido acusado de influenciar o suicídio da adolescente Luzinete Ferreira dos Santos. Nas notícias dizia que em sua casa funcionava o “gabinete indiano de ocultismo e alta magia”. Publicaram-se, como parte do processo contra João Lira, os estatutos de seu centro. Ref. Jornal de Alagoas – Maceió, 26 de outubro de 1948, p. 1. Macumba em Pajuçara e Poço até altas horas da madrugada.

^{iv} No Fundo de Luiz Sávio de Almeida do APA há parte da documentação original da Federação Zeladora dos Cultos em Geral do Estado de Alagoas, e alguns documentos de outras federações que surgiram na época, como a Federação Espírita dos Cultos Umbandistas no Estado de Alagoas (21/11/1978) cujo presidente era Lourival Morais de Oliveira, a Federação dos Candomblés e Umbandista Brasileiro do Estado de Alagoas (22/10/1986) de Alda Ribeiro (surgida de um racha da Federação dos Cultos) e a Confederação Nacional dos Cultos Afro Brasileiro de Alagoas, sem identificação de data e presidência. Nos jornais há notícia ainda da Congregação de Candomblé e Umbanda do Estado de Alagoas (26/04/1980), presidida pelo babalorixá Anedito Fernandes dos Santos (um dos coroados “Príncipes do Candomblé no Brasil”). Hoje se mantém funcionando as duas primeiras Federações fundadas e mais outras duas: Federação Umbandista dos Cultos Áfricos de Alagoas e a Federação Umbandista Cavaleiro do Espaço de Alagoas (em Chã do Pilar).